

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ANÁLISE REGIONAL

Roberto Lobato Corrêa \*

A expressão Análise Regional tem diferentes significados no âmbito das Ciências Sociais. Entre os geógrafos, para quem Análise Regional e Geografia Regional constituem-se em sinônimos, a expressão traz consigo uma polêmica, visto existir mais de uma interpretação sobre o que se quer dizer com ela.

Esta comunicação tem duplo propósito. Visa, de um lado, evidenciar alguns desses significados ao discutir, primeiramente, o que significa a expressão Análise Regional em duas outras ciências que não a Geografia: a Economia e a Antropologia; em segundo lugar, ao discutir as interpretações mais usuais que os geógrafos atribuíram à expressão em tela. De outro lado, visa tecer algumas considerações sobre alguns pontos que consideramos fundamentais quando se intenta realizar, no âmbito da Geografia, uma Análise Regional.

## ALGUNS SIGNIFICADOS NA ECONOMIA E ANTROPOLOGIA

A Análise Regional tem sido objeto de interesse entre economistas, especialmente aqueles alojados na Regional Science Association, criada na metade dos anos 50, por Walter Isard. Constitui-se esta Análise Regional numa tentativa de introdução da dimensão espacial nos estudos econômicos. A distância é uma variável fundamental, atribuindo-se a ela enorme peso no processo locacional das atividades, incluindo-se as capazes de gerarem desenvolvimento: custos de transferência, interações especiais e uso da terra, entre outros, são temas básicos desta Análise Regional<sup>1</sup>.

1 Bibliografia, 7 e 8.

\*Analista Especializado em Geografia, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Trata-se, na realidade, de uma complicada tentativa de aplicação dos princípios básicos da economia marginalista ao espaço, especialmente a teoria do valor — utilidade e a lei dos retornos decrescentes. Complicada, porque pretende aplicar o conceito de equilíbrio, este conceito paradigmático do pensamento burguês, ao espaço econômico: a equalização espacial do desenvolvimento, tal como pretendem Perroux e Friedmann, constituir-se-ia na meta final de políticas de desenvolvimento alicerçadas na Análise Regional.

As origens do interesse dos economistas pela Análise Regional remontam ao final do Século XIX, quando a questão da localização passou a ser crucial ao capitalismo. No pós-guerra, sob nova expansão capitalista, a Análise Regional, agora parcialmente camuflada no discurso do desenvolvimento regional, ganha nova ênfase, fazendo com que uma parte dos economistas descubra, efetivamente, o espaço. Análise Regional, Economia Espacial e Economia Regional são sinônimos para os economistas descendentes diretos de Alfred Weber, Hurd, Prédhol, Hotelling e Lösch, e discípulos de Hoover, Isard, Ponsard, Perroux, Friedmann e Boudeville.

A Análise Regional desses economistas aproxima-se da denominada perspectiva locacional dos geógrafos, perspectiva esta que emerge com a denominada revolução teórica e quantitativa que afetou, sobretudo, a Geografia durante as décadas de 50 e 60. Os princípios da Economia marginalista, os modelos hipotético-detutivos e a qualificação estão presentes tanto na Análise Regional dos economistas como na perspectiva locacional dos geógrafos. Como também estão os conceitos de região homogênea, região funcional, assim como a análise dos padrões e interações espaciais<sup>2</sup>.

A partir dos anos 70, a Economia Regional foi, como em outras Ciências Sociais, parcialmente submetida a uma avaliação crítica. Nesta avaliação, os problemas regionais ou os desequilíbrios sócio-espaciais passaram a ser reinterpretados com base em um quadro de referência, apoiado nas

teorias de acumulação de capital, conforme se exemplifica na coletânea organizada por Carney, Hudson e Lewis.<sup>3</sup> Esta abordagem representa uma continuidade, agora numa abordagem crítica, da descoberta e adoção da dimensão espacial por alguns economistas. Contudo, na medida em que focaliza uma problemática regional, constitui-se em uma aproximação muito grande em face daqueles pontos fundamentais em torno dos quais consideramos ser empreendida uma Análise Regional. Por outro lado, é indubitável a contribuição que tais estudos possam trazer para a Análise Regional geográfica.

A Análise Regional entre os antropólogos está, em parte, fortemente influenciada pela Antropologia Econômica de Karl Polanyi. A coletânea organizada por Carol Smith, *Regional Analysis*<sup>4</sup>, contém uma razoável amostra do que os antropólogos entendem por Análise Regional. Convém frisar que, de certo modo, eles aproximam-se dos economistas espaciais na medida em que estão preocupados com a espacialização dos mecanismos e com o funcionamento do mercado, entendido como uma instituição cultural.

Na coletânea em pauta, aparecem estudos sobre os padrões espaciais das materializações, criadas pelo mercado em cada tipo de organização sócio-cultural — solar, dendrítico, christalleriano, etc. — sobre a natureza dos mercados em sociedades capitalistas não avançadas, sobre as relações entre parentesco e mercado, etc.

Trata-se de uma abordagem antropológica espacializada onde a organização espacial não é vista como um mero suporte físico, mas que se interage com o grupo que a organiza. Esta versão antropológica da Análise Regional aproxima-se da perspectiva locacional da geografia e da Análise Regional dos economistas: a teoria das localidades centrais é um dos denominadores comuns entre estas três abordagens.

## Na Geografia

A Análise Regional é, na Geografia, sinônimo de Geografia Regional. E como tal

2 Bibliografia, 3.

3 Bibliografia, 13.

4 Bibliografia, 12.

aparece explicitada metodologicamente, ainda que de modo embrionário, por Bernhard Varen ou Varenius, por volta da metade do Século XVII. Varenius era tutor de uma família burguesa de Amsterdam, uma Cidade profundamente envolvida no processo de expansão mercantil da Europa. De acordo com os interesses da burguesia holandesa, Varenius publica, em 1649, um livro sobre o Japão e o Sião, que se torna útil para essa burguesia que mantinha relações comerciais com o Oriente<sup>5</sup>.

Varenius diferencia a Geografia em Geografia Geral e Geografia Especial: a primeira, tratando dos fundamentos que regem os fenômenos sobre a superfície da terra e a segunda, procurando aplicar esses fundamentos em áreas específicas. Para Varenius a Geografia Geral e específica, na realidade esta última sendo a Geografia Regional, não se constituem em eixos paralelos, dicotômicos, mas interdependentes.

Deste modo, em sua forma embrionária, a Análise Regional aparece metodologicamente conceitualizada, já no Século XVII. É o estudo de áreas, distinto dos estudos tópicos, mais especificamente: o estudo do conteúdo de uma dada área, isto é, de uma região e não de um segmento qualquer do espaço terrestre. Neste sentido, difere dos estudos tópicos que é analisado em sua dimensão espacial, em sua espacialidade.

No final do século passado, o geógrafo alemão Richthofen emprega a palavra corologia para designar os estudos de área; nesse sentido, Análise Regional e Corologia passam a significar a mesma coisa.

Vamos considerar, em termos de interpretação do que se entende por Análise Regional em Geografia, duas linhas de interpretação. Diferenciam-se pelo fato de terem, como ponto de partida, a crença de ser a região ou uma entidade concreta ou uma criação intelectual; em função disto, diferenciar-se-ão os modos como fazer a Análise Regional. É conveniente lembrar, contudo, que é possível focalizar a questão das linhas de interpretação do que é Análise Regional a partir de outras considerações.

Uma das interpretações, a partir da qual concebeu-se a Análise Regional, é aquela que tem como expoentes Paul Vidal de la Blache, Otto Schlüter e Carl Sauer. Existem diferenças entre as posições destes geógrafos, mas há vários traços comuns unindo-os: a reação possibilista ao determinismo ambiental, a concepção da região como entidade concreta, e o modo como concebiam, em sua essência, a Análise Regional<sup>6</sup>. Estes três aspectos estão inter-relacionados. Para os três geógrafos o papel do geógrafo é:

a — colocar em evidência a região que, sendo palpável, é facilmente identificável: a região é tão real a ponto de seus habitantes a designarem por um nome próprio, e sabem quando estão nela ou quando passam para uma outra. A paisagem é a expressão fenomênica da região que é, assim, na linguagem atual, uma área homogênea;

b — descrevê-la em seu conteúdo interno, mostrando as inter-relações entre os diferentes elementos naturais e sociais que existem de forma associada no mesmo espaço, resultando, daí, em uma individualidade, uma personalidade, conforme referem-se Vidal de la Blache e Sauer; e

c — mostrar como, ao longo da História, a região foi elaborada, foi constituída, ou seja, como o homem com sua cultura “burla a natureza, que já não o subjuga”, para usar uma frase de Vidal de la Blache, transformando uma paisagem natural em uma paisagem cultural, como se referem Schlüter e Sauer. Esta proposição deriva diretamente do possibilismo, indicando o papel do homem como agente, através de sua cultura, da organização do espaço. É por isso que a História é extremamente importante para os geógrafos possibilistas<sup>7</sup>.

Por estar profundamente influenciada pelas idéias da Ecologia, trazendo consigo um conjunto de conceitos organicistas, a região dos geógrafos possibilistas é considerada como um organismo, uma totalidade regional organicamente estruturada, que tem origem, pleno desenvolvimento e, em muitos casos, desaparecimento. A Análise Regional deverá colocar isto em evidência. A este respeito é significativa a proposição de Der-

5 Bibliografia, 9.

6 Bibliografia, 3 e 15.

7 Bibliografia, 14.

went Whittlesey com a sua seqüência de ocupação: ao ser aplicado a uma dada região deve colocar, em evidência, os estágios, pelos quais a região passou<sup>8</sup>. O conceito de seqüência de ocupação é, por sua vez, o correlato geográfico da invasão-sucesão da Escola de Ecologia Humana de Chicago.

A Análise Regional possibilista visava, assim, contribuir contra o argumento determinista que enfatizava a ação determinante da natureza sobre o homem, identificar e descrever o caráter singular de cada região, e conferir à Geografia um objeto que seria a paisagem entendida como sinônimo de região.

No processo evolutivo da Geografia Francesa, a Análise Regional passou por uma transformação que incluirá a análise das regiões à luz de uma abordagem específica como a demográfica, ou, então, considerará regiões definidas a partir de outros critérios como a polarização urbana<sup>9</sup>.

Outra interpretação, do que se entende por Análise Regional, é a que deriva da aceitação de que a região não é uma entidade concreta, constituindo-se em uma criação intelectual. Este conceito de região estaria já contido no pensamento de Immanuel Kant, para quem a região é uma idéia, assim como o próprio mundo também o é<sup>10</sup>.

Com Richard Hartshorne, a região, enquanto criação intelectual, é enfatizada. Ele próprio apresenta uma série de argumentos contra a concepção de região como entidade concreta: entre eles está o fato de que, se assim fosse, seria facilmente reconhecível por todos, não havendo divergências em relação aos seus limites; ao se ampliar a escala sobre um mosaico de regiões, cada uma delas perde a coesão que possuía. Assim, Hartshorne, qualquer divisão da superfície da terra é arbitrária; é sempre possível subdividir cada região em outras menores. Para ele, o que importa é o método regional de considerar a diferenciação de áreas ao extremo de produzir integrações únicas en-

tre os diferentes fenômenos naturais e sociais<sup>11</sup>.

Entre os geógrafos da Geografia Teórica e Quantitativa, na nova Geografia, a região é vista, também, como uma criação intelectual, constituindo-se em uma questão de classificação ou taxonomia espacial, conforme aponta, entre outros, Bunge<sup>12</sup>. A partir de n propósitos específicos criam-se n tipos de regiões, como as regiões climáticas, agrícolas ou de influência urbana. A criação de regiões é, por outro lado, da função da operacionalização adotada: com as mesmas unidades observacionais, os mesmos propósitos e variáveis, mas com técnicas estatísticas distintas, obtêm-se regiões distintas.

A Análise Regional, empreendida pelos que admitem ser a região uma criação intelectual, é diferente daquela realizada pelos que acreditam ser a região uma entidade concreta.

Em primeiro lugar, a História não precisa ser, necessariamente, considerada, como via de regra não o é. Não há necessidade de se considerar a gênese e a evolução de algo que, efetivamente, para eles, não existe. A região será analisada descritivamente, procurando-se ver a integração única de fenômenos heterogêneos no espaço, como quer Hartshorne.

No caso da Análise Regional da nova Geografia, a região será, também, analisada descritivamente em termos de suas características internas (homogeneidade) ou de suas interações espaciais (funcionalidade), tendo como referência um quadro teórico, apoiado na economia espacial, na Escola de Ecologia Humana, ou derivado de generalizações indutivas da própria Geografia. Trata-se, na realidade, de introduzir o quadro teórico da perspectiva locacional da Geografia na Análise Regional, como lembra Taaffe<sup>13</sup>. Um caso extremo é o das Análises Regionais, onde há uma preocupação com os processos de mudanças<sup>14</sup>, aí incluindo-se as análises que têm como referencial as

8 Bibliografia, 17.

9 Bibliografia, 11.

10 Bibliografia, 10.

11 Bibliografia, 6.

12 Bibliografia, 2.

13 Bibliografia, 16.

14 Bibliografia, 1.

teorias de desenvolvimento regional: a História é de certo modo, considerada nesses casos.

Em segundo lugar, ao se aceitar a região como uma criação intelectual, considera-se o espaço como espaço absoluto, como metro receptáculo que contém as integrações únicas, sugeridas por Hartshorne, ou que contém os arranjos espaciais como aparece na proposição da nova Geografia. Ou, então, quando a Análise Regional aborda as interações espaciais, considera-se o espaço como espaço relativo, estruturado por custos de transporte. O espaço — ao contrário da análise dos geógrafos possibilistas — não é parte integrante da totalidade regional, não é o resultado do entrelaçamento do homem com a natureza, não é a segunda natureza onde o homem é o agente e parte da natureza.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A prática da Geografia Regional, acumulada ao longo do tempo pelos geógrafos, ao lado de nossa própria visão de Geografia, sugerem-nos algumas considerações de natureza metodológica.

Primeiramente, é conveniente frisar de novo que a Análise Regional, em Geografia, deve ter como quadro territorial um segmento da superfície terrestre que atenda a uma das três possibilidades: ter sido, ser ou estar em vias de se tornar uma região. Com isto, estamos dizendo que a Análise Regional não tem como quadro territorial, uma porção qualquer da superfície terrestre. Assim, um estudo sobre uma característica social como a industrialização ou os bóias-frias, mesmo que circunscrito a um município ou conjunto de municípios, não significa que se esteja realizando uma Análise Regional. Trata-se, se estiver sido incluída a dimensão espacial no estudo, de uma análise de Geografia Sistemática. Se não tiver sido incluída, trata-se de um estudo a-espacial, não geográfico, ainda que possa interessar ao geógrafo.

Para que um estudo seja, efetivamente, considerado como Análise Regional é necessário que um dos conceitos de região te-

nha sido adotado. Não importa que seja o de região homogênea, como uma bacia leiteira, uma área produtora de soja ou um bolsão de pobreza; ou que seja uma região reconhecida pelos seus habitantes como sendo dotada de certa individualidade, a qual vai se traduzir em um nome próprio; ou, ainda, que seja uma região funcional, como a região de influência de uma metrópole ou a área de ação econômica e política de uma elite regional (via de regra associada à área de influência de uma capital regional); ou que seja mesmo uma região natural, quer dizer, uma região que no passado foi caracterizada por uma combinação particular de diferentes elementos da natureza.

Por outro lado, essa região a ser considerada pode estar emergindo, diferenciando-se, graças à ação humana, de outra ou outras em torno dela; ou pode estar passando por um processo de desaparecimento, deixando, pouco a pouco, de ser reconhecida pelos seus habitantes; ou pode ser uma região cristalizada, tendo sido recentemente pouco afetada pela ação humana. Em qualquer situação, contudo, trata-se sempre de um segmento da superfície da terra, dotado de uma qualificação diferenciadora em face de outros segmentos. É essa diferencialidade que estamos interessados em compreender.

Em segundo lugar, parece-nos de fundamental importância que se considere o conteúdo da região sob análise, conteúdo que não está meramente localizado em um dado território, mas conteúdo que funde-se ao território, diferenciando-se qualitativamente dos demais territórios, atribuindo-lhe uma determinada particularidade. Esse conteúdo pode assumir uma expressão visível como a paisagem, tal como os geógrafos a descreviam, ou uma dada produção ou um dado problema; ou pode ser invisível, sendo constituído por fluxos de decisões, capital, mercadorias e pessoas; ou pode assumir ambos os aspectos.

Em terceiro lugar, os processos devem estar sempre presentes em uma Análise Regional. É necessário que se compreenda a gênese e a evolução da região, quer dizer, a origem e o curso das transformações que culminaram na diferenciação de um dado segmento da superfície da terra. E ainda, se for o caso, seguir o curso das transforma-

ções que estão levando, pouco a pouco, à desintegração regional.

Ao se considerar os processos, é necessário que se considere os agentes sociais que, através de suas práticas e dos conflitos entre eles, elaboraram a região e atuam no sentido de sua preservação ou transformação. Esses agentes sociais são concretos: proprietários fundiários, industriais, comerciantes, trabalhadores, o Estado, etc., vinculados a interesses regionais ou extra-regionais, e visando à acumulação ou à reprodução pura e simples do quadro familiar. Ao se considerar os agentes sociais, estabelecem-se as ligações inter-regionais e internacionais, definindo, assim, o significado e o papel da região em um contexto nacional e internacional, ou seja, vendo como questões universais particula-

rizam-se através da região. Neste sentido, o conceito hartshorniano de integração única não é incorporado à Análise Regional.

Finalmente, uma última consideração. Não existe, a nosso ver, um modelo acabado para se fazer Análise Regional. Com isto queremos dizer que a porta de entrada para se estudar uma dada região pode variar, assim como os temas e sua seqüência. Uma Análise Regional pode ser focalizada a partir das relações cidade-campo, do processo de transformação econômica e esvaziamento demográfico e político, do processo de criação regional, etc. O importante é que se tenha clareza a respeito do fazer, do ser e, se for o caso, do desfazer, daquela particularidade espacializada, implicando na compreensão do que isto significa.

## BIBLIOGRAFIA

1. BERRY, B. J. L. Abordagens à análise regional. Rio de Janeiro, 1969, p. 18-34 (Textos básicos, 3).
2. BUNGE, W. Gerrymandering, geography and grouping. *Geographical Review*, New York, 56 (2): 253-266, 1966.
3. CLAVAL, P. L'analyse régionale. *Revue Géographique de L'Est*. Nancy, 12(1): 89-126, 1972.
4. \_\_\_\_\_. *Evolución de la geografía humana*. Barcelona. Oikos-Tau, 1974.
5. CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo, Ática, 1986.
6. HARTSHORNE, R. The nature of geography. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 29(3/4), 173-658, 1937.
7. HOOVER, E. *The location of economic activity*. New York, McGraw-Hill, 1948.
8. ISARD, W. *Location and space-economy*. Cambridge, The M. I. T. Press, 1956.
9. JAMES, P. E. *All possible worlds; a history of geographical ideas*, Indianapolis, The Odyssey Press, 1972.
10. MAY, J. A. *Kant's concept of geography and its relation to recent geographical thought*. Toronto, University of Toronto, 1970.
11. PICARD, A. Conceptions of regional geography in France. *Terra*, Helsinki, 79(2): 29-32. 1967.
12. REGIONAL Analysis. (C. Smith, org.) New York, Academic Press, 1976, 2 v.
13. REGIONS in Crisis; New perspectives in European regional theory. J. Carney, C. Hudson, J. Lerois, org. New York, Saint Martin Press, 1980.
14. SAUER, C.O. *The morphology of landscape*, Berkeley, University of California, 1925.
15. \_\_\_\_\_. Recent development's in cultural geography. In: *Recent developments in the social sciences*. E. C. Hajes, ed. New York, Lippincott, 1927, p. 154-212.
16. TAAFFE, E. J. A visão espacial em conjunto. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, (247): 5-27, 1975.
17. WHITTLESEY, D. Sequent ocupance. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 19(3): 162 - 1929.